



O Papel da Universidade na Economia Solidária: Desafios e Possibilidades

Yara Mendes Cordeiro Araújo¹

¹ Mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bacharel em Ciências Sociais, especialização em história do Brasil e Licenciada em Sociologia pela Unimontes – Montes Claros-MG.

Últimas publicações:

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro & RODRIGUES, Luciene. (2008). *Construindo alternativas de baixo para cima: a economia solidária no Brasil e as novas possibilidades de desenvolvimento que surgem para os mais pobres*. Trabalho apresentado ao Colóquio Internacional sobre “(Des) envolvimento contra a pobreza”: Mediações Teóricas, Técnicas e Políticas, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais – Brasil de 21 a 23 de agosto de 2008. Apoio Capes

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro & RODRIGUES, Luciene. (2008), *Uma outra racionalidade econômica acontece em Montes Claros-MG: A solidariedade através do fator trabalho nos Bancos Comunitários*. Trabalho apresentado no XIII seminário sobre economia mineira realizado em Diamantina, MG. Brasil, de 26 a 29 de agosto de 2008. Apoio Capes

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro & RODRIGUES, Luciene. (2008), *Economia Solidária e Desenvolvimento Social: Um Estudo dos Bancos Comunitários em Montes Claros-MG*. Trabalho apresentado no 2º Fórum de Gestão, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Montes Claros – MG de 24 a 26 de setembro de 2008. Apoio Capes

Resumo: Essa reflexão procura analisar a contribuição da Universidade Pública no Brasil à Economia Solidária através da criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). A abordagem segue numa perspectiva de compreensão da realidade social, econômica e política, na qual se relacionam essas duas instâncias – Universidade e Economia Solidária e suas conexões com outras esferas inseridas num contexto social global que determina e é determinado também pela ação dos sujeitos que aí atuam. Ao mesmo tempo, o estudo pretende ainda contribuir para o conhecimento de uma experiência ainda em fase embrionária no Norte de Minas Gerais - a ITCP da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES criada como estratégia de desenvolvimento local para a região.

Palavras chave: universidade, economia solidária, ITCP, redes

Introdução:

O final do século XX assistiu a uma crise social que já dura bem mais de uma década. O agravamento das condições de emprego e a falta de perspectivas de geração de renda, a partir dos modelos tradicionais de crescimento da economia, têm inspirado diversos movimentos sociais a construir alternativas de trabalho e renda. Nesse contexto, e de forma mais ou menos simultânea, ganham vulto duas alternativas de organização do trabalho trazido pelas classes populares - o associativismo e o cooperativismo - e a busca de um outro modelo de desenvolvimento. Assim, um papel de destaque é dado às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (união de docentes, discentes, pesquisadores, técnico-administrativos para a prestação de apoio técnico e educacional a um grupo de pessoas que desejam montar uma cooperativa) que se inserem como projetos ou programas. Sua finalidade é dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares criadas por iniciativas de grupos de desempregados/as ou daqueles/as que

vivenciam situações de precarização do trabalho. Sob a égide dessas mudanças socioeconômicas e políticas, algumas universidades públicas montam suas Incubadoras com o fito de dar suporte ao que Castel (1998) passou designar de mundo dos “supranumerários” termo utilizado pelo referido autor para denominar os “desfilados” da sociedade que são os desempregados e os que nem sequer tiveram emprego.

A experiência cooperativa tem sido uma das necessidades expressas pelos trabalhadores. Mas, sabe-se que para a viabilização dessas alternativas de geração de trabalho e renda, delineados por uma mudança cultural, é necessário além da implantação de propostas cooperativas, a visão de um outro modelo de desenvolvimento mais igualitário, que de fato traga inclusão social àqueles e àquelas vitimizados/as pelo paradigma de desenvolvimento vigente. Por isso, é importante nessa análise a compreensão não somente do aspecto organizacional das empresas solidárias, e a atuação em rede dos empreendimentos e agências de fomento, mas o debate deve incluir também o entendimento de um cenário de transformação social. Este cenário garante o esgotamento de um padrão de acumulação capitalista no qual as sociedades e economias enfrentam uma série de transformações e problemas que obrigam a repensar o desenvolvimento econômico, a função pública, as relações entre setor público e privado e a organização do Estado.

Para Hecker (2004), o papel da universidade é vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos. Ela é uma instituição criada pela própria sociedade e como tal, relaciona-se imperiosamente com esta. Assim, as questões prioritárias da sociedade são também as da universidade. Não obstante, nem sempre em nosso cotidiano presenciamos esse envolvimento. Como a sociedade não é um todo orgânico e sim um espaço de interesses conflitantes e contraditórios no qual grande parcela da população vive em um processo de exclusão, pode se perceber que historicamente prevalecem na universidade alguns posicionamentos coniventes com os interesses dos grupos dominantes. Esse fato é observado por Saviani (1981) que entende que “a universidade se dedica, por vezes, a pesquisas e ensino não muito relevantes socialmente, e dessa forma, ela pode ter a tendência a se preocupar com problemas que não são os problemas da sociedade na qual está inserida.

Para Bourdieu² (2002), o campo acadêmico incluído no campo social é mais um espaço de conflito onde os agentes dominantes procuram a manutenção e reprodução do status quo. De acordo com Vasconcelos (2002), a noção de campo³ representa para Bourdieu um espaço social de dominação e de conflitos. Segundo a citada autora, Bourdieu mostra que a lógica de mercado, intrínseca a todo tipo de produção, está presente também na da ciência. Numa outra perspectiva Hecker (2004) e Guimarães (2003) acreditam que nesse âmbito, há a necessidade de desenvolvimento de um ambiente acadêmico que dê conta das atividades e práticas de incubação de cooperativas, aquelas construídas a partir da efetiva interação do saber científico com as realidades cotidianas dos trabalhadores. De acordo com os autores, ao trabalhar a partir dos fundamentos da economia solidária, as incubadoras trazem para a academia um novo debate, uma nova cultura nas relações de trabalho, enriquecendo e ampliando as experiências universitárias e as provendo de um novo significado.

Esse panorama coloca para a academia alguns desafios como, por exemplo, o desenvolvimento e a transferência de metodologias e tecnologias em uma área inovadora (que envolve elementos da cidadania e de cooperação) e a formação de profissionais competentes para a implementação dessas práticas emergentes. Por outro lado, visualiza-se também na relação do universo acadêmico com os setores populares, oportunidades que podem ser gestadas com a capacidade de ação dos sujeitos sociais no sentido de construção de uma economia alternativa que ultrapasse o sentido do econômico.

Dessa forma, para que se entenda a relação estabelecida entre o meio acadêmico e a Economia Solidária no Brasil atualmente, é preciso que se faça o tratamento da questão numa perspectiva histórica, no sentido de entendimento do contexto socioeconômico e político, o qual propiciou o florescimento das ITCPs.

² Em sua obra. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo acadêmico*, Bourdieu discute as propriedades específicas do campo acadêmico. O autor analisa sobre as forças que intervêm na prática da ciência.

³ Segundo Catani (2001), Bourdieu substitui a noção de sociedade pela de *campo*, pois entende que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos com por exemplo: o campo literário, o campo artístico, o campo científico etc.

O Contexto da Economia Solidária

O ponto de partida para essa análise é a concepção de que o mundo vive uma espécie de crise, mas de qual crise está se falando? Apple (1989, p.20), esclarece que se trata de uma crise estrutural e, portanto, capitalista, mas a crise não é somente econômica, “ela é também política e cultural/ideológica”. Castells apud Apple (1989) observa que a crise estende-se como uma sombra pelo mundo. Apple (1989) complementa que não se trata de uma crise fictícia porque ela se apresenta diariamente no trabalho, nas escolas, nas famílias, no governo, enfim em tudo ao nosso redor.

Quando discutem acerca da pós-modernidade⁴, Ianne (1997) e Santos (2003) se apóiam em diversos enfoques, mas os mesmos apresentam pontos em comum ao partirem do pressuposto da crise da pós-modernidade. A crise apontada por esses autores reflete-se nas dimensões: cultural, econômica, política, social, ambiental e moral.

Assim, o que se tem presenciado nas últimas décadas nas sociedades capitalistas é uma reorganização e reestruturação no sentido de implementação de novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. Sobre isso, Apple (1989) acrescenta que a crise estrutural da contemporaneidade tem seus efeitos sobre o processo de trabalho gerando assim uma massa de desempregados.

Hobsbawn apud Cardoso (2001, p.100) faz uma análise macro e descreve que esse período de mudanças inicia-se nos anos 1970 “como uma nova era de decomposição, incerteza e crise” que se traduz numa crise global. Hobsbawn argumenta que “na década de 1980 e início da década de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entre – guerras que a era de ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de estado e despesas ilimitadas de estado”.

⁴ Segundo Anderson (1999, p.31), a primeira obra filosófica a adotar a noção de pós-modernidade foi *A Condição pós-moderna* de Jean- François Lyotard, publicada em Paris em 1979. Para Lyotard, a chegada da pós-modernidade ligava –se ao surgimento de uma sociedade pós-industrial na qual o conhecimento tornara –se a principal força econômica de produção.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela crise mundial produzida pela globalização seletiva que se refletiu em todas as dimensões já citadas anteriormente. Pode-se apreender, desse panorama, que o fenômeno da globalização, e concomitantemente das políticas neoliberais, trouxeram grandes consequências para o país, principalmente no tocante às mudanças no mercado de trabalho.

Guimarães (2003) observa que as mudanças no mercado de trabalho no Brasil, sobretudo na década de 1990 com a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somada à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura causadora do desemprego com índices jamais vistos na nossa história. A redução do emprego, aliada à diminuição das responsabilidades públicas do estado no domínio dos serviços e direitos sociais, contribuiu diretamente para o aumento do número de pessoas que vivem em situações de extrema pobreza.

Nesse cenário, cabem algumas indagações: como por exemplo, o que vem a ser a chamada Economia Solidária? Qual a razão de sua existência no seio do sistema capitalista?

A Economia Solidária é vista como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. A Economia Solidária se organiza a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. A Economia Solidária pode abarcar vários estratos sociais que toma como princípio basilar a solidariedade. Vista assim, Economia Solidária seria um porto, onde diversos segmentos da sociedade, no desejo de constituírem atividades solidárias, montam as suas cooperativas ou associações. Não obstante, nem sempre, ou na maioria das vezes, é a falta de opção que leva parte da população carente e sem trabalho a procurar nesse tipo de relação solidária os meios para a sua sobrevivência. Partindo desse princípio, esse trabalho vai estar o tempo todo tratando de Economia Solidária, mas considerando no bojo dessa economia aqueles estratos menos favorecidos da sociedade.

Assim, um dos maiores motivos da existência da economia de solidariedade nos setores populares seria quando as pessoas vêm-se excluídas do emprego, dos processos de desenvolvimento de tecnologias, dos programas sociais oficiais (saúde, habitação, educação, aposentadoria, etc), da distribuição de renda e do sistema econômico oficial e muitas delas então

por falta de opção, decidem por unir-se aos seus pares para formarem juntas algum empreendimento solidário. Essa escolha é feita então pelo temor de ficarem desempregadas por longo tempo ou permanentemente.

Mance (2002) define a Economia Solidária dentro de um contexto socioeconômico e político de crise do desemprego estrutural na economia brasileira. Segundo ele, é dentro desse terreno que brotam as experiências de economia solidária que não são, portanto formas de produção e consumo individuais (típicas da economia informal em sentido estrito), mas são relações de trabalho cujo aspecto é o exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.) pelos próprios trabalhadores/as.

Na obra conjunta de Singer e Souza (2003) aparecem diversos exemplos empíricos de manifestações da Economia Solidária dentre as quais destacam-se: empresas de produção e serviços organizados sob forma cooperativa ou auto-gestionária; cooperativas de assentados da reforma agrária; experiência de micro-crédito e crédito cooperativo; redes de produção e de trocas entre iniciativas, cooperativas de consumo; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras práticas. Singer entende a Economia Solidária como uma forma de luta encontrada pelo movimento popular operário contra o desemprego e a exclusão social. Como relata o autor:

A Economia Solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se grava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. (Singer, 2003, p.25).

Frente a essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, Singer (2003), aponta que para que a Economia Solidária se torne consolidada nos vários países é preciso garantir bases de sustentação para essa economia. As bases mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científico, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais. Um elemento essencial que caracteriza a Economia Solidária é o engajamento que depende de estratégias locais e articulação nacional. Isso supõe que a Economia Solidária deva articular-se com outros atores, estruturar-se

para agir em redes e criar realmente uma economia alternativa no interior do sistema econômico global.

Nesse cenário, onde o debate ainda é incipiente, em se tratando de Economia Solidária no Brasil, um conjunto de iniciativas de diversos atores sociais governamentais e não governamentais insinuam sua relação com a Economia Solidária para desenvolverem ações que configuram numa rede de colaboração solidária para trabalharem projetos voltados aos setores alijados do mercado formal. Não é o objetivo desse trabalho enumerar cada parceria e iniciativas do conjunto de atores/as engajados nas práticas de Economia Solidária, mas a discussão segue na proposta de restringir o estudo nas ações da Universidade em específico, aquelas que dizem respeito à criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Desta feita, finalmente, pode se fechar o foco no objeto de estudo desse trabalho que é a ITCP instrumento criado pelas universidades Federais e Estaduais em muitas partes do Brasil para apoiar comunidades de bairros carentes na geração de trabalho e renda, contribuindo assim para o desenvolvimento local e regional. É sobre esse tema, que o presente esboço pretende tratar mais de perto na próxima parte da reflexão.

O Engajamento da Universidade na Economia Solidária

Uma das alternativas criadas pelas universidades para fomentarem o desenvolvimento local tem sido as ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - que nascem como projeto de extensão universitária e tem por objetivo:

A inserção de setores marginalizados economicamente no sistema formal da economia. Seu público alvo é um grande contingente de trabalhadores desempregados ou inseridos no plano da economia informal, que pode a partir da organização do trabalho, conquistar nas suas comunidades a cidadania. As ITCPs trabalham com grupos organizados em associações de moradores, sindicatos ou igrejas, sempre de maneira coletiva, tendo o cooperativismo como instrumento de alcance e acesso a esse mercado de trabalho. Entendendo o cooperativismo como uma empresa de trabalhadores, autogerida e coletiva, é possível, neste sistema manter a organização política por meio do trabalho (Guimarães, 2003 p.117).

Conforme explica Guimarães (2003), o projeto de ITCP, Além trabalhar com grupos de trabalhadores que constituem a gênese das Incubadoras, ou seja, aqueles historicamente excluídos do mercado de trabalho, há também projetos especiais que desenvolvem cooperativos sociais para uma população marginalizada, tanto do processo da vida, quanto do processo produtivos. Esse grupo é constituído de usuários e familiares do sistema de saúde mental, catadores de lixo, os detentos que cumprem o sistema aberto, e os ex-detentos. Dessa forma, observa-se que tais iniciativas no campo da Economia Solidária são portadoras de potenciais maiores que estão a despontar, e que não se limitam a responder somente à exclusão do mercado de trabalho. Os princípios da cooperação e da solidariedade, por exemplo, não se restringem ao empreendimento, mas se ampliam também na busca por cidadania e por realização humana.

O processo de incubagem se mostra como um importante programa de geração de trabalho e renda baseados no cooperativismo, no qual os procedimentos utilizados para a instrumentalização se dão por meio da educação que acontece da união de uma equipe multidisciplinar composta de docentes e discentes das mais diversas áreas de atuação acadêmica.

Como processo histórico, as ações da Universidade através das ITCP se iniciam em meados da década de 1990 com o apoio financeiro da FINEP (Financiadora e Estudos e Projetos) da FBB (Fundação Banco do Brasil) e do COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida). Com esse apoio surge a primeira iniciativa da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Essa experiência teve como objetivo a utilização de recursos humanos bem como de conhecimento disponibilizados pela universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores, com o fito de se construir atividades auto-gestionárias para inclusão no mercado de trabalho. Guimarães (2003).

Quanto aos benefícios sociais do projeto de (ITCP/RJ), em termos quantitativos Guimarães (2003) apresenta os dados de maio de 2000 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que totalizou uma soma em torno de 28.110 postos de trabalho diretos e indiretos ocupados por cooperados das cooperativas populares da ITCP/RJ. Conforme esse mesmo autor, o resultado desse projeto pioneiro de extensão universitária da UFRJ inspirou outras universidades Federais e Estaduais de várias partes do país que passaram criar suas próprias ITCPs. Como

exemplo a Universidade Federal do Ceará montou a sua ITCP em 1997 e em seguida vieram outras universidades como a USP, UNICAMP, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Estadual de Bahia (Uneb), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) etc. Essas experiências de Incubadoras, *a posteriori*, também serviram de exemplo para surgimento de outras ITCPs.

A proliferação de ITCPs culminou na criação de uma Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que uniu-se ao grupo de trabalho sobre Economia Solidária – a rede Unitrabalho, que articula pesquisadores de dezenas de universidades brasileiras para dar suporte às cooperativas populares.

A Rede Universitária de Incubadoras é constituída por um conjunto de Incubadoras vinculadas de forma interativa e dinâmica, favorecendo a transferência de tecnologias e de conhecimento sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Dentre os princípios da rede está o de reafirmar os princípios da aliança cooperativa internacional e trabalhar na constituição, consolidação e integração das cooperativas populares, fortalecendo subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes que estão integradas (Estatuto da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 1998).

Para Mance (2002), o grande avanço nos anos 1990 das práticas de Economia Solidária deveu-se à colaboração em rede entre organizações, sendo o caminho para a consolidação de uma alternativa ao capitalismo. O autor percebe que a experiência da rede favorece a viabilidade de novas iniciativas econômicas. Diante dessa perspectiva, as redes se apresentam como um processo de organização social e sua utilização prática têm sido aplicados nos processos de desenvolvimento local. Por isso, Mance descreve que as redes solidárias são:

(...) uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema que se auto-reproduz, isto é, como um sistema autopoietico (...) (1999, p.24).

Dentro dessa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2004) diz que atuar em rede é quebrar o isolamento da universidade. A rede no contexto do século XXI para a universidade passa a ser uma condição indispensável por fortalecer a universidade no seu conjunto e possibilitar a sua inserção no contexto regional, e mundial.

Sendo assim, é preciso tecer algumas observações sobre a teoria das redes no sentido da relação que se dá entre redes e poder. Sobre isso, Albagli (2004, p.36) tem a dizer que “redes estabelecem ligações e conexidades, mas também exclusões e seletividade”. O fato dos membros estarem conectados entre si não é garantia de operação em rede. Pela óptica da inclusão social, nem sempre que se tem uma rede vai se ter à garantia de fortalecimento emancipatório ou de empoderamento de atores dentro de um dado território.

Por isso, Santos (2004), chama atenção para o fato de que “na maior parte dos casos, grupos de pressão da universidade (em quase todos os países) reivindicam coletivamente benefícios de que só individualmente se apropriam”. É o que também observa Castells (2003) sobre a concepção de redes no contexto da globalização, quando explica que o nível de desenvolvimento de uma sociedade é dado pelo seu grau de conexão estabelecido nas suas relações sociais. Desta forma, existe uma tendência em aumentar ou diminuir a desigualdade socioeconômica dependendo da ênfase dada às políticas públicas em função do desejo de todos se conectarem a rede a fim de contribuir para o desenvolvimento local.

Quanto a esses aspectos, Gómez entende que o capitalismo não tem fronteiras e a globalização feita:

[...] Pelo alto, de poder extremamente concentrado e de benefícios restritos a uma pequena fração de habitantes do planeta e de pobreza, desigualdade e desemprego crescentes, pode conduzir a direções e conseqüências imprevisíveis(...), mas ao mesmo tempo, e não obstante, os últimos cinquenta anos testemunharam desenvolvimentos e oportunidades inéditos de (...) De redes de associações e grupos diversos da emergente sociedade civil global[...] (Gómez, 2001, p.172-173)

Dentro dessa dinâmica das redes, cabe um novo pensar da universidade frente a sua accountability no envolvimento e apoio às camadas sociais necessitadas de projetos progressistas e contra-hegemônicos.

Santos (2004, p.91) contribui ao ressaltar que “a responsabilidade social da universidade tem que ser assumida, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não tem poder para as impor”.

Como menciona Singer (2003), as ITCPs pertencem à universidade e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros”. Singer (2003, p.25) defende ainda que a universidade tem uma função social sendo de extrema importância que ela atenda a nossa sociedade que tem uma das maiores desigualdades sociais do mundo. Segundo o economista, “nós que fazemos parte da universidade pública temos uma dívida com a população”.

Do ponto de vista da inclusão social, Singer (2003) entende que o projeto de ITCP desenvolvido nas Universidades é uma forma de extensão universitária muito positiva, pensando em termos de políticas públicas. O incentivo universitário através da extensão voltado para a Economia solidária é de suma importância para a inclusão social de pessoas que estão engajadas nessas práticas.

Santos (2004), registra que a área de extensão tem um significado muito especial, por esta ser concebida como alternativa ao capitalismo global e por atribuir às universidades uma participação na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social. Ainda segundo o autor, a extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços como a incubação da inovação; promoção da cultura científica e técnica onde os destinatários são variados grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais, comunidades locais ou regionais; governos locais, etc.

No entanto, como observa Santos, cabe notar que a área de extensão só terá seus objetivos alcançados quando “não orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários” o que seria uma privatização disfarçada da universidade pública. Para tanto, essa área também deve estar em conexão com outras instâncias da sociedade. E, portanto, isso pressupõe cooperação intergovernamental, entre, Ministros da Educação, do Ensino Superior e Tecnologia, da Cultura e das Áreas Sociais.

Diante do exposto, utilizando a expressão de Herkenhoff “a universidade não é um feudo isolado” e portando ela deve atuar em favor de alternativas em conjunto como outros órgãos

possibilitando assim um espaço político para que os empreendimentos populares solidários tenham vez e voz.

Guimarães (2003) complementa que é mister uma articulação em âmbito nacional das cooperativas populares. O intuito desse envolvimento não se restringiria somente nas trocas de experiências, serviços e produtos, mas não obstante cabe também a sua representatividade política nas arenas de discussões nos fóruns de seu interesse.

A Universidade Estadual de Montes Claros- MG atenta as demandas da Economia Solidária

Como explicitado anteriormente, diante do atual cenário brasileiro é crescente à proliferação de Incubadoras Universitárias que atendem uma demanda crescente de trabalhadores que buscam formar, pela via do coletivo, empreendimentos econômicos solidários. Hoje, mais de 60 universidades brasileiras possuem projetos de incubadoras. Em Minas Gerais, ganham destaque as universidades Federais de Juiz de fora, São João Del Rei e Viçosa, que apóiam as iniciativas de Economia Solidária através das ITCPs.

A universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES/ MG entra nesse panorama com uma experiência de ITCP ainda em fase inicial. A Criação da ITCP da UNIMONTES está associada com a necessidade de apoiar as emergentes práticas da Economia solidária existentes no Norte de Minas.

A Prof^ª Edina Souza Ramos, Coordenadora da ITCP, conta como se deu o surgimento da incubadora:

A idéia do projeto surge da necessidade de aproximar cada vez mais a Unimontes com o movimento de Economia Popular Solidária na região. Desde 2004, o Departamento de Ciências Sociais, através de disciplinas optativas, vem incluindo no conteúdo de formação dos futuros sociólogo as temáticas do Cooperativismo, da Economia Popular Solidária e do trabalho Comunitário. Em 2005, iniciamos uma articulação com os grupos comunitários dos bairros: Major Prates, Vila Sion, Vilage do lago, Maracanã, Alto São João, etc. e entidades de apoio que praticam a Economia Popular Solidária, tais como: Pastoral da Criança, PAC/Visão Mundial, CAA, Casa de Pastoral, MST,

Cáritas, Grupos de saúde alternativa, entre outros, através da realização de um encontro sobre Economia Popular Solidária, no próprio espaço da Unimontes. Neste encontro foi lançada a idéia de criação do Centro de apoio à Economia Popular Solidária de Montes Claros. Mantivemos um contato constante com estas entidades e grupos, através de reuniões e debates, no processo de construção do Centro de Apoio, fundado em 19 de maio de 2007. A ITCP/Unimontes, é resultado desta demanda de uma contribuição mais efetiva da Universidade na construção e desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais que promova a inclusão de trabalhadores desempregados ou em trabalhos precários (Entrevista em 30/07/2007).

De acordo com a Coordenadora, o projeto de implantação da ITCP/ UNIMONTES foi aprovado pelo Departamento no mês de dezembro de 2006 e encaminhado para a pró-reitoria de extensão no mesmo mês. Foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX da Unimontes em 27 de março de 2007, data da publicação da resolução nº. 077 – CEPEX – 2007. A primeira reunião da equipe da ITCP ocorreu em 26 de março de 2007 com a presença da profª Edina Souza Ramos (Coordenadora do projeto), Profª. Cláudia Regina Santos de Almeida, Profª. Luci Helena Martins, Profº. Felipe Teixeira Martins, Profª. Maria Natividade Maia e Profº Gy Reis Gomes Brito. Depois disso, a equipe se ampliou com a participação dos departamentos de Economia e Direito e de acadêmicos de várias áreas de conhecimento.

Dentre os objetivos da ITCP/UNIMONTES, está o de desenvolver uma integração mais direta entre a sociedade civil e a universidade, no sentido de construir em conjunto com as comunidades soluções para seus problemas e demandas, por meio dos recursos humanos e materiais disponíveis na Universidade. Dessa forma, a atuação da ITCP/UNIMONTES se fará diretamente junto às cooperativas populares e grupos atendidos, em seus locais de trabalho. As ações a serem desenvolvidas pela Universidade através da ITCP não se limitam, portanto, somente em um pé de sustentação, mas possibilitam a sua atuação nas camadas populares sob a égide do tripé ensino pesquisa e extensão nas áreas de trabalho, geração de renda, educação popular de jovens e adultos, autogestão, adequação sócio-técnica, tecnologias apropriadas, saúde, jurídica, meio ambiente, valores humanos e outras áreas pertinentes aos diversos campos do conhecimento.

No que se refere aos pressupostos metodológicos diante desse universo de ações a serem desenvolvidos, o que vai nortear as atividades da ITCP/UNIMONTES é a educação integrada

entre os educadores e os educandos. Porquanto, conforme a ITCP/UNIMONTES, devem ser superados a fragmentação do conhecimento entre as disciplinas. A necessidade desse tipo de educação num projeto de Economia Solidária é importante pela natureza desse tipo de economia poder articular multidisciplinarmente áreas do conhecimento acadêmico com grupos populares interessados em gerar trabalho e renda. Por isso, a ITCP/UNIMONTES é constituída por uma equipe, cujos membros da comunidade acadêmica são de diferentes áreas do saber. No conjunto da equipe estão os docentes, discentes de graduação e pós-graduação e funcionários técnico-administrativo dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social, Economia, Contabilidade, Geografia, Agronomia, Administração, Direito, Pedagogia, Informática, Letras e outros que se fizerem necessários, de acordo com as demandas das comunidades e grupos incubados. No momento, dado o caráter ainda inicial da Incubadora, a mesma ainda não conta com o apoio das agências de fomento, contudo visualiza-se possibilidades de concorrer aos editais afins de que se consiga recursos para viabilização das propostas da ITCP. De acordo a Profª Edina Souza Ramos:

Há uma grande possibilidade de participarmos do próximo edital do PRONINC – Programa nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que publicará o edital para as novas incubadoras (Modalidade A) em meados de agosto/2007. A ITCP precisa de parcerias para desenvolver seus trabalhos e cumprir a sua missão. Há também outros editais que nos dão a possibilidade de entrarmos como executores do projeto, via prefeituras.

Mesmo sem ser ainda financiada por programas como o PRONINC/FINEP (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares), e outros órgãos, a ITCP/UNIMONTES vem atuando dinamicamente na articulação com diversos setores da sociedade envolvidos com a temática.

Desta feita, o envolvimento da ITCP/UNIMONTES dá-se entre movimentos de Economia Popular Solidária, ONGs e Poder Público. Além disso, a ITCP também está conectada a Rede Universitária de ITCPs e com grandes possibilidades de conexão com a Unitrabalho. Como explicita a profª Edina “Em relação a Unitrabalho, a ITCP/UNIMONTES tem uma pequena articulação. Há grande perspectiva da Unimontes se filiar a Rede Unitrabalho”.

Percebe-se assim, que a ITCP/UNIMONTES está inserida em dois conjuntos de redes. A primeira rede é aquela em que a ITCP participa de espaços de articulação e discussões com diversos atores locais na construção de propostas para o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo em que a ITCP/UNIMONTES se insere numa rede de atores sociais locais, a mesma participa de um segundo conjunto de redes formada por outras universidades que desenvolvem projetos similares de ITCPs. Nesse sentido, a incubadora amplia a sua capacidade de diálogo com outras esferas, o que reforça o movimento político para a Economia Solidária no Brasil a partir da cooperação, articulação e negociação junto aos órgãos de fomento e órgãos oficiais. A sua participação em Fóruns também tem sido importante para socialização de informações, experiências, conhecimento e recursos para fomento de suas atividades. Assim, a ITCP/UNIMONTES se envolve nos debates e preocupações locais, nacionais e globais com o propósito de desenvolver ações pautadas na realidade sócio-territorial. É o que observa a coordenadora do Projeto, a Prof^a Edina Souza Ramos:

A ITCP/Unimontes, por ainda estar na sua fase inicial, não formalizou nenhuma parceria, mas vem construindo junto com os possíveis parceiros projetos comuns de inclusão produtiva e assessoria a grupos de produção e pequenas cooperativas. Em nível local, estamos realizando reuniões com Secretaria Municipal de Políticas Sociais, Secretaria Estadual de Defesa Social, Secretaria Municipal de Administração, CCVEC, Associação Monte Sião, Sindicato dos Metalúrgicos de Bocaiúva, Faculdade Pitágoras. Para o 2º semestre de 2007 esta articulação será ampliada devido às demandas que estão surgindo. Temos também uma articulação, no nível estadual com o fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. No nível nacional, a ITCP/Unimontes está articulada com a Rede Brasileira de Incubadoras Universitárias, com o Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária. No nível internacional, estamos prestes a formalizar um acordo de cooperação mútua com o Centro de Investigação Psicológica e Sociológica de Cuba. Além disso, a ITCP/UNIMONTES está participando pela primeira vez na organização e coordenação da Plenária e feira Regional de Economia Solidária que se realizará em 24 e 25 de agosto de 2007, em Montes Claros. O evento tem por objetivo avaliar a Economia Popular Solidária na região, no Estado de Minas e no Brasil e construir propostas a serem levadas para discussão na plenária estadual e nacional.

A coordenadora salienta que no momento a ITCP/UNIMONTES atua apenas em Montes Claros. Porém há demandas a serem efetivadas em Bocaiúva, Porteirinha e Jaíba. Segundo a professora, já existe um mapeamento dos empreendimentos solidários no Norte Minas. A ITCP tem conhecimento disso, sendo que a incubadora acompanhou todo o processo, através do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Ela também acrescenta sobre a necessidade do apoio da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária como uma instância importantíssima para a geração de políticas públicas para a Economia Popular Solidária e conseqüentemente, as ITCPs podem se beneficiar para realizar seus trabalhos. Outrossim, “a Economia Popular Solidária e as ITCPs antecedem a SENAES. Aliás, a SENAES é resultado da nossa luta” lembra a professora.

Desafios e Possibilidades

Após a breve exposição da atuação do meio acadêmico frente às contribuições para a Economia Solidária, é possível que se faça alguns apontamentos partindo da discussão inicial sobre a crise que perpassa todas as dimensões da vida material. Esse exercício de entendimento é importante para que se entenda a transformação pelas quais o cenário universitário está passando em razão das mudanças no mundo contemporâneo e, por conseguinte, como essas transformações muitas vezes vêm impactar na postura acadêmica frente aos desafios da autogestão e da construção de alternativas para os setores menos favorecido da sociedade. Nesse processo em que se relacionam essas duas instâncias – Universidade e Economia Solidária, entra a questão do desafio acadêmico na criação de uma nova matriz para o desenvolvimento, partindo dos princípios da inclusão social dentro de um contexto de transformações políticas e econômicas.

Nesse sentido, Guimarães (2003, p.119) vem apontar que um dos principais desafios impostos à universidade é a tarefa não muito fácil de elaborar uma metodologia de formação profissional dos trabalhadores que valorize “o acúmulo de saber deste trabalhador de acordo como a especificidade de sua formação e área de atuação, ao mesmo tempo que una o ensino formal ao profissional”.

Lanzellotti (2002, p.8) afirma que o envolvimento do universo acadêmico com o popular é uma das alternativa para a transformação social, pois “as saídas individuais não vão dar jeito no caos instalado”. Contudo, ressalta o autor, “nem tudo são flores”. O caminho para a

geração de renda e dignidade não são tão simples como se pensa. Os empecilhos se tornam visíveis quando a teoria não se finaliza em uma sala de aula e os professores entram em contato com as comunidades. A diferença entre o saber acadêmico e o popular dificulta o processo de criação de uma cooperativa pelas incubadoras tecnológicas das universidades. São duas realidades diferentes que se encontram e que tem tempos de apreensão e prioridades, às vezes opostos”.

Singer faz um apontamento interessante quando utiliza Paulo Freire para dizer que a Economia Solidária vista como ato pedagógico é um processo em que “ninguém ensina nada a ninguém, todos aprendem juntos”. A efetividade do ensino e aprendizagem nos diversos segmentos de Economia Solidária em que se dá a atuação das ITCPs, “decorre provavelmente da estreita conexão entre fundamentos teóricos e sua aplicação prática” (...) o referido autor acrescenta ainda que “docentes e trabalhadores são igualmente inexperientes. Os primeiros possuem conhecimentos teóricos, os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um auto-aprendizado mútuo” (Singer, 2004, p.6).

Santos (2004, p. 40) em sua obra – *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*), traz uma discussão pertinente quando discorre sobre os desafios que a universidade pública vem enfrentando no contexto da última década. No olhar desse autor, um dos desafios apontados é que, ao longo do século XX, o conhecimento científico produzido nas universidades se “impôs como um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano da sociedade”. Santos acrescenta sobre a existência de um quadro de crises de todas as ordens; institucional, financeira, hegemônica e de legitimidade pela qual a universidade vem passando nas últimas décadas. Essas crises, conforme o autor estão todas entrelaçadas ou induzidas pelo modelo de desenvolvimento econômico a partir da década de 1980 quando se tem a imposição do neoliberalismo como modelo global do capitalismo.

Diante dessa perspectiva Isaia (2006, p.66) observa que entre as mudanças mais significativas que a universidade está passando, está a sua transformação em mais um recurso do desenvolvimento social e econômico dos países. E isso conforme a autora a submete “às mesmas leis políticas e econômicas; faz parte das dinâmicas sociais e está sujeita aos mesmos processos e

às mesmas incertezas do âmbito político, econômico ou cultural que afetam todas as instituições sociais”.

Nessa trajetória, a universidade juntamente com os demais atores sociais deve estar atenta às demandas da Economia Solidária e por isso devem articular políticas que possam efetivamente viabilizar os empreendimentos solidários, sobretudo no que diz respeito a construção de metodologias das ITCPs, a difusão do consumo solidário, o mapeamento de empreendimentos, o estabelecimento de conexões entre eles, a capacitação técnica de trabalhadores/as e a formação política e cultural voltada para a autogestão e solidariedade, a estruturação e fortalecimento de redes nacionais e internacionais a partir da organização local.

Quanto aos desafios e possibilidades da ITCP/UNIMONTES, a prof^a Edina, Coordenadora do projeto salienta:

(...) os desafios que enfrentamos hoje representam as nossas próprias possibilidades. Enfrentamos o desafio do reconhecimento dos potenciais da ITCP na integração da Universidade com a realidade regional; O desafio do estabelecimento de parcerias com os diversos segmentos da sociedade; O desafio da capacitação da própria equipe para as mais novas tecnologias de incubação; O desafio de iniciar os processos de incubação e poder atender as demandas urbanas e rurais.

Santos (2004, p. 55) não é cético a ponto de não acreditar numa saída para os desafios que se impuseram à universidade. Ele acredita que a academia tem um papel crucial na construção de um projeto de país e isso é possível, através de um “contrato político e social que não esteja em consonância com a globalização hegemônica, mas de acordo com outro modelo de globalização que seja alternativa. Quanto a esse tipo de globalização, Santos conceitua de “globalização contra-hegemônica e a sua explicação para o conceito está na emancipação da universidade enquanto bem público, o que deve ser definido por algumas reformas nacionais que “tem objetivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes”.

Santos denuncia o caráter elitista e conservador característico da universidade, sobretudo nos países periféricos e semiperiféricos como é o caso das universidades da América Latina no século XIX ou no caso do Brasil já no século XX”. A predominância desses fatores negativos à

emancipação universitária inviabiliza uma globalização alternativa e, portanto uma reforma progressista, conforme sugere o autor.

É nesse sentido que Veiga (2006) faz uma abordagem pertinente quanto à produção do conhecimento, bem como de sua socialização pela universidade. A autora denuncia que o conhecimento científico gerado pela universidade não pode ser utilizado para simplesmente ser divulgado, mas ele deve servir para melhoria da sua capacidade de decisão, ou seja, de intervenção na realidade social. E por isso que a autora elege a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé indispensável para a “atividade reflexiva e problematizadora do futuro profissional”, inclusive daquele que vai atuar junto à classe trabalhadora.

Herkenhoff (1996) também destaca que a autonomia da universidade, que na prática ainda não foi conquistada, deve ser instrumento para endereçar a universidade aos fins que a justificam e a legitimam. Esses fins resumem-se na destinação que é o bem público, tanto no que diz respeito a proporcionar um ensino de excelente qualidade, como se comprometer com a sorte do povo através da extensão universitária, quanto exercendo um papel crítico, progressista, dentro da comunidade, comprometendo-se através da pesquisa ajudando no avanço do conjunto dos saberes.

Por isso a importância da universidade pública hoje, enquanto produtora do conhecimento “pluriversitário”, expressão utilizada por Santos para explicar que a universidade também pode produzir um conhecimento extramuros, transdisciplinar capaz de gerar um diálogo ou um confronto com outros tipos de conhecimento. Dessa forma, “à medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta se insere mais na ciência” (Santos, 2001, p.42). Essa afirmação é justificada pelo autor quando observa que nos países centrais e semiperiféricos, o contexto de aplicação do conhecimento não tem se restringido somente o âmbito mercantil, mas também tem ocorrido através de parcerias entre pesquisadores, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, grupos sociais vulneráveis (desempregados, etc), comunidades populares. Enfim são novas relações entre a ciência e a sociedade e que por isso exige uma maior participação na sua produção e na avaliação de seus impactos.

Apontamentos Finais

A análise do envolvimento das universidades com os setores populares tem sido importante para que se entenda o papel desempenhado pela academia, tendo em vista da sua capacidade de ensino, pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, e, portanto, na elaboração teórica e atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas incubadoras universitárias, com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. Por isso é mister o entendimento das redes que fazem parte da construção das ações às iniciativas da Economia Solidária como também de um entendimento dos fatores facilitares e dificultadores do processo em que as instituições de ensino superior estão inseridas.

A Economia Solidária, mais especificamente os empreendimentos que podem ser enquadrados nesta categoria, tem apresentado alguns resultados positivos, porém carecem ainda de fundamentação e um melhor entendimento de sua dinâmica. Além de iniciativas das universidades por meio da ITCP, o poder público acena com apoio a este tipo de empreendimento, sendo a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES⁵ um exemplo da demonstração deste interesse. Diversos estados da federação e prefeituras têm também seus próprios programas de apoio a estes empreendimentos. A abertura de espaço nas agendas dos gestores públicos para os menos favorecidos, não significa que os desafios estarão resolvidos, porém, já se tem um avanço do embate da sociedade civil com o poder público no sentido de mostrar a urgência de políticas públicas para um setor econômico que foi gerado no seio do sistema capitalista.

Não obstante, é importante que os atores envolvidos nesse projeto entendam de fato o verdadeiro significado de desenvolvimento para que se efetive as transformações urgentes para os setores mais necessitados da Economia Solidária. Desse modo, é preciso que as ações implementadas em um determinado território sejam avaliadas não apenas segundo critérios de economicidade, mas, sobretudo, deve se levar em conta o sentido de desenvolvimento como liberdade entendida por Amartya Sen (2000) como propiciador do empoderamento das pessoas e grupos que vivem na pobreza.

Por isso, é mister um novo olhar da universidade no sentido de capacitar profissionais para atuar de maneira pró-ativa no desenvolvimento de programas de apoio à Economia

⁵ A SENAES foi criada no primeiro mandato do Governo Lula
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais
Ano 2, Volume 4, Agosto 2008

Solidária; formar profissionais capazes de analisar, implementar e gerir projetos sociais; construir habilidades e competências para que os docentes e discentes possam perceber o contexto da Economia Solidária e possam ser agentes de mudança social, e possibilitar uma visão crítica da realidade da inserção da Economia Solidária no processo de globalização. Tudo isso são novos desafios que se apresentam à universidade Pública hoje no Brasil, mas que se entendidos como possibilidades, podem ajudar a fortalecer a presença Economia Solidária na sociedade favorecendo o desenvolvimento desconcentrado e gerando novas oportunidades no interior do país. Isso requer um grande esforço não só da universidade, mas do poder público e da sociedade civil organizada para atuarem em rede na estratégia de um novo modelo de desenvolvimento.

Como assinala Santos (2001), para que ocorra a responsabilidade social da universidade, ela deve estar dotada de condições adequadas, o que significa, condições financeiras e institucionais, o que permite a sua legitimação e, portanto a ampliação de suas funções.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael.W. (1989), *Educação e Poder*. Porto Alegre, Artes Médicas.

ALBAGLI, Sarita. (2004), Territorio e Territorialidade. In LAGES, Vinícios(org). Território em movimento; cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília: DF, SEBRAE.

ANDERSON, Pierry. As origens da Pós-Modernidade. (1999), Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BOURDIEU, Pierre. (2002), *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo acadêmico*. São Paulo, Unesp.

CASTEL, Robert. (1998), *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.

CARDOSO, Miriam. L. *Ideologia da Globalização e (des) caminhos da ciência social*. In GENTILI Pablo. org. (2001), *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis.RJ, Vozes;Buenos Aires.

CATANI, Denice Barbara; PEREIRA, Gilson R. de M. *As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área*. Revista Brasileira de Educação, ANPED, maio-agosto, 2001, nº 17, p.63-85.

Estatuto da rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, (1998).

Edina Souza Ramos. Coordenadora da ITCP/UNIMONTES. *A Universidade Estadual de Montes Claros atenta as demandas da Economia Solidária*. Entrevista concedida em 30/07/07

GÓMEZ, José Maria. *Globalização da política: mitos, realidades e dilemas*.In GENTILI Pablo. org. (2001), *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis.RJ, Vozes;Buenos Aires.

GUIMARÃES, Gonçalo. *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda*. In SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. orgs. (2003), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.

HECKER, Sonia M. R. (2004), *A emergência e Potencialidades da Economia Solidária e Autogestão no Contexto das Transformações do Mundo do Trabalho: a Participação da Universidade*. In.IPEA: mercado de trabalho.

HERKENHOFF, João Batista. (1996), *Ética, Educação e Cidadania*.Porto Alegre, Livraria do Advogado.

IANNE, Octávio. (1997), *A sociedade global*.Rio Janeiro, Civilização Brasileira.

ISAÍÁ, S.M.A. (2006), *Desafios à docência superior: pressupostos a considerar*. In RISTOFF.; SEVEGNANI, P. *Docência na Educação Superior*. Brasília, INEP. Coleção educação superior em Debate.

LAGES, Vinícios *et al.* (2004), *Territórios em Movimentos: Cultura e Identidade como Estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Sebrae.

LANZELLOTTI, Fábio. *A união entre o sonho e a realidade*. In Visão Mundial (2002), Revista transformação, Nov . nº 2

MANCE, André Euclides. (2002), *Redes de Economia Solidária: a expansão de uma alternativa global*. II Fórum Social Mundial. Porto Alegre. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm> Acesso em 17 julho.2007

MANCE, Euclides André (1999), *A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ, Vozes.

SAVIANI, D. (1981). *Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista*. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 8, p. 61-73, jan.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2004), *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática emancipatória da universidade*. São Paulo, Cortez.

SANTOS, Milton. (2003), *A natureza do espaço*. São Paulo, FDUSP.

SEN, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, CIA das letras.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. orgs. (2003), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.

SINGER, Paul. SOUZA. *A economia Solidária como ato pedagógico*. In Krupta, SÔNIA.M.P. (2004), *Educação de Jovens e Adultos e economia solidária*. Brasília, INEP.

VASCONCELOS, Maria Drosila. *Pierre Bourdieu: A herança sociológica*. In: *Educação Sociedade*. (2002). Vol. 23 nº 78. SP, CEDES, Abril, ano XXIII, nº 78,p.77-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101->

VEIGA, I.P.A. *Docência universitária na educação superior: pressupostos a considerar*. In RISTOFF.; SEVEGNANI, P. (2006), *Docência na Educação Superior*. Brasília, INEP. Coleção educação superior em Debate.